

1

UMNA - UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA ANISTIA  
"ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA UMNA"

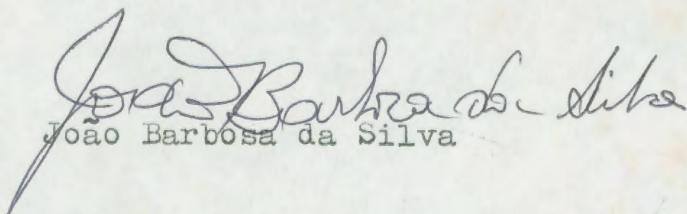
A T A

Aos dois dias do mês de novembro de 1997 - à Avenida Suburbana, nº 5.509 Cidade do Rio de Janeiro, as 10:45 horas, deu início a reunião da Assembléia Geral Ordinária da UMNA, aberto os trabalhos e dirigidos pelo seu Presidente, Paulo Novaes Coutinho, que logo após passou a palavra ao Vice-Presidente, Benedito Gomes da Silva que deu os seguintes informes: dia 04(quatro) do referido mês no Sindicato dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro e dia 07(sete) na ABI. Tema: Cheguevara - 18:30 e 100 anos de Barbosa Lima Sobrinho - 18:00 horas, respectivamente. Solicitou o comparecimento aos companheiros, em ambos os atos. Falou sobre a preparação / do evento, que deverá ser realizado no dia 19 na Justiça Federal. Na busca do palestrante, já houve contato com Nilmar Miranda. Esse, não há possibilidade de participar. Os demais serão contactados posteriormente: Hélio Bicudo, Lins e Silva, Tácio Lins e outros... ficando o último, do Comandante Souza ajudar no contato. Argumentou que a semana seguinte é decisiva. Luiz Carlos lembrou a Benedito, encaminhar convite ao deputado federal Darci Coêlho - relator da PEC-188. Em seguida, Luiz Carlos falou sobre o processo de Nunes - documento de 1980 transitado e julgado - sentença 1228.....L.F.P. - fez algumas considerações e leu o documento: DP /RR/53/7 - resposta em 27/10/97. Disse que ele e Nunes estiveram com o auditor, na Diretoria do Pessoal Militar da Marinha. Em seguida, Benedito falou da reunião da Comissão de Festa; da programação e organização / a fim de não improvisar nada. Falou sobre a proposta de Jacildo relativo a CESTA DE DOAÇÃO, para saber se juridicamente é possível realizar em 98. Com a palavra, Rivaldo disse que a Diretora do CIEP João Cândido, lhe garantiu que as crianças estão disponíveis; só depende de ônibus p/transportá-las. Em seguida, a companheira Lourdes falou sobre a confraternização com almoço; dias das mães e natal. Lembrou que, quem não quiser participar do amigo oculto, não de dar o nome. Em seguida, Alípio sugeriu 1 (uma) reunião (Assembléia) antes do dia da festa - dia 7. Apresentou o balancete, e disse que a idéia de Luiz Carlos é boa - relativo a UMNA // microfilmar os processos em Brasília. Em seguida, Benedito falou sobre a proposta de Jacildo, mandar bilhete de rifa, boleto e balancete para os companheiros fora de sede. Em seguida, Jurandir lembrou ao Presidente, para convidar o Presidente da ANAPORTE, para a festa. Este, solicitou que o chamasse. Fazendo-se presente, o Presidente convidou a ANAPORTE através da sua pessoa, a participar da confraternização de natal. Este, disse que não podia definir sobre o assunto. Agradeceu o convite, e retirou-se. Em seguida, Ivanildo Pereira lembrou ao Presidente, para convidar o professor Gerson Sampaio Ortiz, a participar da festa de confraternização. Continuando sua falação o Presidente fez algumas considerações sobre o contrato de prestação de serviço, a ser(votado) referendado ou não

pela Assembléia Geral. Em seguida, abriu falação para inscrição para falação sobre o assunto. Coma palavra, o companheiro Raimundo Porfírio disse que tem restrições contra o contrato, e não a Diretoria; e aqui não cabe o qualificativo de Diretoria nova ou velha. Tem que haver satisfação de grupo maior; os problemas não afetam só ao Presidente, e sim a todos nós. Em seguida, leu um relatório referente a reunião conjunta: Diretoria Executiva - Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. Datado de 16 de outubro de 1997, no mesmo endereço. Porfiro de no relatório que participou dos debates na condição de Presidente do Conselho Deliberativo, assim como, o Presidente do Conselho Fiscal, companheiro Joaquim Aurélio, outros membros dos dois Conselhos e a Diretoria Executiva. Presidindo a reunião estava o Presidente da UMNA, companheiro Paulo Novaes Coutinho. A reunião tinha como pauta; implantação do Departamento Jurídico na entidade. Diz, que sempre colocou-se contra o Departamento, por ter experiências de vários anos como Diretor da UMNA, e teve a oportunidade de constatar a inóperância do referido Departamento. Enfatiza; não por falta de necessidade por parte do quadro social. E sim, por falta de estrutura sólida. Um quadro social quantitativo e ativo, militando junto a Diretoria. Assim, a entidade fica vulnerável, diante de ações dos advogados, se // nesse Departamento Jurídico firmarem contrato de trabalho. - Continua o relatório: para me deixar mais indignado, vejo com estranheza a posição do Presidente e a do Diretor Financeiro, em apoiarem o Dr. Gerson, mesmo pesando / sobre ele as acusações do Diretor de Patrimônio, através de provas apresentadas diante de todos presentes na reunião, onde o acusado foi careado com // seu acusador. Dizia o Diretor de Patrimônio, que o Dr. Gerson não é a pessoa indicada para ser colocada a frente do Departamento Jurídico da UMNA. Pois o mesmo vem cometendo ações que não dignifica o nome da entidade. E, afasta os poucos contribuintes que a UMNA tem. Além de não pagar aluguel da sala que ocupa nas dependências da entidade, também, não paga telefone. É constante / as reclamações de cobranças absurdas aos sócios que procuram a entidade para fazer consulta sobre complementação de Anistia, ou qualquer documento que venham precisar para juntar em algum processo relativo a promoção como também, a outras questões em relação a justiça. Diz: sinto-me avontade para fazer este relato, porque tenho comigo os indícios dessas queixas. Há muito // tempo venho recebendo reclamações de vários companheiros fora de sede, pelas práticas não muito coerente que o Dr. Gerson vem procedendo em nome da UMNA. Diz: este assunto chegou ao conhecimento do Presidente alguns meses atrás , quando reunir o Conselho Deliberativo para analisar e discutir os fatos. Os membros dos dois Conselhos ficaram ciente de tudo. Disse que não fez relatório; apenas advertia o Presidente do verdadeiro comportamento do Dr. Gerson. O Presidente respondeu que tem pouco tempo para ficar atento as irregularidades ocorridas dentro da entidade. Portanto, confiava tal procedimento aos dois Conselhos: Deliberativo e Fiscal. Diz Porfírio: sendo coerente com a minha posição de Presidente do Conselho Deliberativo, fiz este relatório para fazer ciente a todos, dos fatos desagradáveis que vem ocorrendo com o advogado, que ainda nê assumiu o Departamento Jurídico da entidade. Finalizando, o

companheiro Porfírio diz: lembro aos amigos e companheiros, principalmente a Diretoria Executiva, que, insiste em manter a qualquer custo, a permanência do Dr. Gerson no cargo de Relações Públicas e advogado titular do Departamento Jurídico; significa que a entidade perderá seu objetivo, transformando em simples escritório de advocacia. Temos como exemplo, a UMINA / em São Paulo. - Com a palavra, Aguinaldo Marinho disse que Alípio faz imposição pela aprovação do contrato, uma vez que todos que lutam pela anistia já tem patrão. Disse, que há muito descontentamento na UMNA, porque fere / muitos interesses. - Com a palavra, João Barbosa fez algumas considerações a respeito do contrato verbal, feito entre Dr Gerson e a UMNA, e que não / foi cumprido pelo primeiro. Mostrou que o novo contrato, no Parág. Único - Cláusula Segunda, é lesivo a entidade. Uma vez, como disse o companheiro Marinho, que todo o pessoal que luta pela anistia na Justiça, já tem patrão. Ainda que aconteça aparecer algum, o processo inicial custa R\$ 80,00 (Oitenta reais). Ainda que chegue por ano, a um número de 5 (Cinco) processos, terá um custo de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), contra R\$ 4.800,00 (Quatro mil reais) de despesas com o escritório do advogado, referente a aluguel - telefone e demais encargos do condomínio que esse deixa de arcar com as despesas. Em seguida, o companheiro Nunes argumentou, que o Dr. Gerson fala bonito, mas, na prática falta com a verdade. Com a palavra, o companheiro Djalma disse que; veio ao Rio por questões de saúde. Tem recebido relatório, e que mais zelo que tenha, sempre há problemas. Argumentou que todas as denúncias tem que ser apuradas. Depois tem que ser obedecido para assumir os compromissos. Disse que, a história é passado, e serve para um lado e para o outro. Em seguida, Ivanildo Pereira agindo de forma equivocada, alegando // compromisso inadiável, disse ao Presidente que ia retirar-se, e qualquer q. fosse o resultado, o seu voto é sim. Em seguida, Luiz Carlos disse que não tem nada contra Dr. Gerson. Fez algumas considerações - falou da microfilmagem de documentos que levou para o seu ACERVO CULTURAL próprio; de viúvas / que tem processo com ele, e chora por este não comparecer a audiência; nunca repassou um só tostão para a entidade. Já expulsou várias pessoas da seu escritório, quando foi cobrado e incomodado. Perguntou: qual à avaliação q. se faz do Dr. Gerson? - Em seguida, Benedito argumentou que a discussão se faz em cima da figura do Dr. Gerson; o problema não é só financeiro, e sim, político. Documentos vão levar a Comissão Jurídica, 150 pessoas da carta, a ser resolvido em termos familiar. Enfatizou que LENIN disse; advogado, nem do partido. Se não tem controle, a entidade supre. Não pode deixar de denunciar. Em seguida, Joaquim Aurélio disse que estar havendo fermentação dentro da UMNA. Quanto a questão do arquivo do STF-Supremo Tribunal Federal, // tem que ter cuidado com o Indio para não carregar... (Aparte) - João Barbosa disse ao companheiro Joaquim, que ele estava prejudgando um companheiro de valor; uma vez que, ele Diretor do Conselho Fiscal, deveria discutir o contrato, que é o tema em discussão. Joaquim encerrou sua falação. Com a palavra, Dr. Gerson disse que assume o ônus. Há duas políticas: a boa e a má. Fala-se demais. São pessoas velhas (Blefou - eu sou novo) ultrapassadas, frustradas, que vem de um processo de um regime autoritário, e não foram bem su

cedidas. Disse que, não deve nada a UMNA. (Aparte) João Barbosa solicitou ao Dr. Gerson, um aparte, mas, lhe foi negado. Disse que, ao terminar a sua fala, vai retirar-se para esperar o resultado fora da sala. Argumentou que resolveu o problema do processo de Amaro Nunes de Azevedo, por tutela antecipada. Terminou e retirou-se de acordo o prometido. Em seguida, de uma forma imperiosa e autoritária, sem levar em consideração o relatório do Presidente do Conselho Deliberativo, que foi fundamentado no relatório do Diretor de Patrimônio; argumentou ser o Presidente o poder máximo na presidência da Assembléia, tinha autoridade para tomar decisão. O Primeiro Secretário no uso das suas atribuições que é de assessorar os trabalhos da Assembléia e o Presidente, advertiu a este, que os poderes são independentes e autônomos. Obteve como resposta, que estava querendo tumultuar. O documento foi posto em votação, e teve o seguinte procedimento: 1) Teor do Contrato: 05 votos não - 03 votos// abstenções - 21 votos sim. 2) Assinatura do Contrato: 09 votos não - 04 votos abstenções - 16 votos sim.- Terminada a votação, João Barbosa renunciou o cargo, devido a falta de ética do Presidente e do Diretor Financeiro, por ambos insistirem em aprovar um contrato lesivo à entidade. Em seguida, Antonio Nunes disse que segue o exemplo de Barbosa. Raimundo Porfírio, disse que não segue o exemplo de Barbosa, mas, renuncia devido o Presidente ter rasgado o Estatuto, ao substar o Conselho Deliberativo e o Administrador da entidade. Nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião. Eu quem elaborou a presente ata, vai assinada por mim e pelo presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

  
João Barbosa da Silva

Paulo Novaes Coutinho